

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BANCO GM S.A.

EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2025

## Índice

|                                                                            |    |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....                                           | 3  |
| RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA .....                           | 4  |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ..... | 6  |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS .....                                                | 12 |
| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....                                           | 14 |
| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....                                | 15 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....                     | 16 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....                                    | 17 |
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL .....                                              | 18 |
| 2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....             | 18 |
| 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....                                     | 20 |
| 4. DISPONIBILIDADES .....                                                  | 25 |
| 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO .....                           | 25 |
| 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO – RISCO DE CRÉDITO .....        | 26 |
| 7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO .....                             | 29 |
| 8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA .....     | 30 |
| 9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS .....                               | 31 |
| 10. ATIVO IMOBILIZADO .....                                                | 31 |
| 11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....                             | 32 |
| 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....                           | 33 |
| 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS .....                                     | 35 |
| 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS .....                         | 35 |
| 15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS .....                         | 36 |
| 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....                                               | 37 |
| 17. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL .....          | 37 |
| 18. DESPESA DE PESSOAL .....                                               | 38 |
| 19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....                                  | 38 |
| 20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS .....                                     | 38 |
| 21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS .....                                     | 39 |
| 22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS .....                                             | 39 |
| 23. PARTES RELACIONADAS .....                                              | 39 |
| 24. GERENCIAMENTO DE RISCO .....                                           | 41 |
| 25. ÍNDICE DE BASILEIA .....                                               | 44 |
| 26. OUTROS ASSUNTOS .....                                                  | 45 |

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Resolução CMN nº 4.966/21, os quais foram adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria de instrumentos financeiros.

### Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 13.930 milhões. O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.645 milhões e os Ativos totalizaram R\$ 17.233 milhões. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2025 foi de 19,34%.

### Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Forth Worth – Texas, EUA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal [www.chevroletsf.com.br](http://www.chevroletsf.com.br), e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

### Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.860/20 e nº 4.859/20.

São Paulo, 20 de março de 2026.

A Administração.

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiros.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 13 de novembro de 2025 e em 20 de março de 2026 tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 20 de março de 2026, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2025 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 31 de dezembro de 2025), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020;
- Relatório anual de avaliação de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos de prevenção à prática dos crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento ao terrorismo em atendimento às disposições da Circular do Banco Central nº. 3.979/2020;
- Relatório anual de auditoria interna (data-base 31 de dezembro de 2025); e
- Plano anual de auditoria interna para o ano de 2026, ambos em cumprimento à Resolução nº. 4.879/2020 do Conselho Monetário Nacional.

Em termos de efetividade das auditorias independentes, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do exercício de 2025, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do exercício de 2025, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 20 de março de 2026.

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Administradores e Acionistas do  
**Banco GM S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – *apresentação valores comparativos***

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### **1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2025 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 13.929.950 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 367.293 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação a classificação dos créditos nos estágios previstos na norma contábil aplicável para a avaliação de nível de provisionamento, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, recuperação e realização das garantias; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) a mensuração da provisão para perda esperada, que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; entre outros.



**Shape the future  
with confidence**

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão de perda com risco de crédito, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto da data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os empréstimos e recebíveis e provisão para perdas sobre crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas**

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 983.176 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 31 de dezembro de 2025 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analisamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.



**Shape the future  
with confidence**

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future  
with confidence**

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'H. F. Maduro', is written over a faint, circular grey stamp.

Henrique Furtado Maduro  
Contador CRC SP-291892/O

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

| <b>ATIVO</b>                                                     | <b>Nota</b> | <b>Dez/2025</b>   |
|------------------------------------------------------------------|-------------|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                                                |             | <b>8.088.116</b>  |
| Disponibilidades                                                 | 4           | 11                |
| Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado e arrendamento | 5           | 7.738.614         |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez                          |             | 527.896           |
| Operações de Crédito                                             |             | 7.174.427         |
| Operações de Crédito - Setor Privado                             |             | 7.174.427         |
| Operações de Arrendamento Mercantil                              |             | 63.977            |
| Operações de Arrendamento - Setor Privado                        |             | 63.977            |
| Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito   | 6           | (27.686)          |
| (-) Operações de Crédito                                         |             | (27.684)          |
| (-) Operações de Arrendamento Mercantil                          |             | (2)               |
| Outros Ativos                                                    |             | 349.491           |
| Diversos                                                         | 7           | 104.561           |
| Ativo Fiscal Corrente                                            | 7           | 213.045           |
| Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda                          | 8a          | 27.106            |
| Despesas Antecipadas                                             | 8b          | 4.779             |
| <b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>                                  |             | <b>8.160.618</b>  |
| Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado e arrendamento | 5           | 6.351.939         |
| Operações de Crédito                                             |             | 6.657.885         |
| Operações de Crédito - Setor Privado                             |             | 6.657.885         |
| Operações de Arrendamento Mercantil                              |             | 33.661            |
| Operações de Arrendamento - Setor Privado                        |             | 33.661            |
| Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito   | 6           | (339.607)         |
| (-) Operações de Crédito                                         |             | (339.599)         |
| (-) Operações de Arrendamento Mercantil                          |             | (8)               |
| Outros Ativos                                                    |             | 1.067.423         |
| Diversos                                                         | 7           | 1.065.456         |
| Despesas Antecipadas                                             | 8b          | 1.967             |
| Ativo Fiscal Diferido                                            | 7           | 741.256           |
| <b>PERMANENTE</b>                                                |             | <b>984.648</b>    |
| Investimentos                                                    |             | 918.305           |
| Participações em Controladas no País                             | 9           | 918.305           |
| Imobilizado de Uso                                               | 10          | 66.343            |
| Outras Imobilizações de Uso                                      |             | 89.902            |
| (-) Depreciações Acumuladas                                      |             | (23.559)          |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                            |             | <b>17.233.382</b> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

| <b>PASSIVO</b>                                             | <b>Nota</b> | <b>Dez/2025</b>   |
|------------------------------------------------------------|-------------|-------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                                          |             | <b>7.279.248</b>  |
| <b>Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado</b> | 11          | <b>6.978.624</b>  |
| Depósitos                                                  |             | 5.023.324         |
| Obrigações por Emissão de Letras Financeiras               |             | 1.947.890         |
| Arrendamento                                               |             | 7.410             |
| <b>Outras Obrigações</b>                                   |             | <b>300.624</b>    |
| Obrigações Fiscais Correntes                               | 14          | 116.470           |
| Diversas                                                   | 13          | 184.154           |
| <b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>                              |             | <b>7.309.393</b>  |
| <b>Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado</b> | 11          | <b>6.049.319</b>  |
| Depósitos                                                  |             | 1.515.009         |
| Obrigações por Emissão de Letras Financeiras               |             | 4.481.059         |
| Arrendamento                                               |             | 53.251            |
| <b>Provisões</b>                                           | 15          | <b>983.176</b>    |
| <b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>                        | 14          | <b>276.898</b>    |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                  |             | <b>2.644.741</b>  |
| <b>Capital</b>                                             | 16a         | <b>2.016.479</b>  |
| De Domiciliados no País                                    |             | 2.016.471         |
| De Domiciliados no Exterior                                |             | 8                 |
| <b>Reserva de Lucros</b>                                   | 16c         | <b>628.262</b>    |
| <b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>               |             | <b>17.233.382</b> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

|                                                                |             | <b>2º Semestre</b>   | <b>Exercício</b>     |
|----------------------------------------------------------------|-------------|----------------------|----------------------|
|                                                                | <b>Nota</b> | <b>2025</b>          | <b>2025</b>          |
| <b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>                     |             | <b>1.346.576</b>     | <b>2.639.048</b>     |
| Operações de Crédito                                           | 17          | 1.282.168            | 2.513.539            |
| Operações de Arrendamento Mercantil                            | 17          | 7.858                | 13.205               |
| Rendas com Aplicações Financeiras                              | 5b          | 40.983               | 83.151               |
| Rendas com Títulos e Valores Mobiliários                       | 5a          | 15.567               | 29.153               |
| <b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>                     |             | <b>(1.008.794)</b>   | <b>(1.883.968)</b>   |
| Operações de Captações no Mercado                              | 11c         | (848.244)            | (1.600.968)          |
| Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros     |             | (26.804)             | (56.586)             |
| Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito |             | (133.746)            | (226.414)            |
| <b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>              |             | <b>337.782</b>       | <b>755.080</b>       |
| <b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>                 |             | <b>(117.181)</b>     | <b>(251.570)</b>     |
| Rendas de Prestação de Serviços                                |             | 66.689               | 122.902              |
| Despesas de Pessoal                                            | 18          | (122.490)            | (231.067)            |
| Outras Despesas Administrativas                                | 19          | (151.556)            | (320.017)            |
| Despesas Tributárias                                           | 22          | (31.237)             | (62.453)             |
| Resultado de Equivalência Patrimonial                          | 9           | 86.903               | 156.296              |
| Outras Receitas Operacionais                                   | 20          | 98.293               | 195.541              |
| Despesas com Provisões                                         | 15          | (40.868)             | (73.818)             |
| Outras Despesas Operacionais                                   | 21          | (22.915)             | (38.954)             |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL</b>                                   |             | <b>220.601</b>       | <b>503.510</b>       |
| <b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>                               |             | <b>1.409</b>         | <b>5.152</b>         |
| <b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÃO NO LUCRO</b>    |             | <b>222.010</b>       | <b>508.662</b>       |
| <b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>                  | 12b         | <b>20.924</b>        | <b>(68.022)</b>      |
| Provisão para Tributos Correntes                               |             | 2.044                | (79.393)             |
| Provisão para Tributos Diferidos                               |             | (12.137)             | (24.122)             |
| Ativo Fiscal Diferido                                          |             | 31.017               | 35.493               |
| <b>PARTICIPAÇÃO NO LUCRO</b>                                   |             | <b>(21.329)</b>      | <b>(39.472)</b>      |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PERÍODO</b>                  |             | <b>221.605</b>       | <b>401.168</b>       |
| Atribuível à Controladora                                      |             | 221.604              | 401.167              |
| Atribuível aos Não Controladores                               |             | 1                    | 1                    |
| <b>Quantidade de ações</b>                                     |             | <b>1.141.400.925</b> | <b>1.141.400.925</b> |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>                              |             | <b>0,19</b>          | <b>0,35</b>          |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

|                                                  | 2º Semestre    | Exercício      |
|--------------------------------------------------|----------------|----------------|
|                                                  | 2025           | 2025           |
| <b>Resultado Líquido do Período/Exercício</b>    | <b>221.605</b> | <b>401.168</b> |
| <b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO/PERÍODO</b> | <b>221.605</b> | <b>401.168</b> |
| Atribuível à Controladora                        | 221.604        | 401.167        |
| Atribuível aos Não Controladores                 | 1              | 1              |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

|                                                       | Nota | Capital Social   | Reserva de Lucros |                  | Lucros Acumulados | Total            |
|-------------------------------------------------------|------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
|                                                       |      |                  | Legal             | Outras           |                   |                  |
| <b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>                |      | <b>2.016.479</b> | <b>233.346</b>    | <b>341.447</b>   | -                 | <b>2.591.272</b> |
| Efeito Adoção Inicial Res. CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 | 2    | -                | -                 | -                | 11.398            | 11.398           |
| Resultado Líquido do Exercício                        |      | -                | -                 | -                | 401.168           | 401.168          |
| <b>Destinação do Lucro:</b>                           |      |                  |                   |                  |                   |                  |
| Reserva Legal                                         | 16c  | -                | 20.058            | -                | (20.058)          | -                |
| Reservas de Lucro                                     | 16c  | -                | -                 | 233.412          | (233.412)         | -                |
| Juros sobre o Capital Próprio                         | 16b  | -                | -                 | -                | (159.096)         | (159.096)        |
| Dividendos                                            | 16b  | -                | -                 | (200.001)        | -                 | (200.001)        |
| <b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>                |      | <b>2.016.479</b> | <b>253.404</b>    | <b>374.858</b>   | -                 | <b>2.644.741</b> |
| <b>Mutações do exercício</b>                          |      | -                | <b>20.058</b>     | <b>33.411</b>    | -                 | <b>53.469</b>    |
| <b>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2025</b>                   |      | <b>2.016.479</b> | <b>242.324</b>    | <b>523.430</b>   | -                 | <b>2.782.233</b> |
| Resultado Líquido do Período                          |      |                  |                   |                  | 221.605           | 221.605          |
| <b>Destinação do Lucro:</b>                           |      |                  |                   |                  |                   |                  |
| Reserva Legal                                         | 16c  | -                | 11.080            | -                | (11.080)          | -                |
| Reservas de Lucro                                     | 16c  | -                | -                 | 51.429           | (51.429)          | -                |
| Juros sobre o Capital Próprio                         | 16b  | -                | -                 | -                | (159.096)         | (159.096)        |
| Dividendos                                            | 16b  | -                | -                 | (200.001)        | -                 | (200.001)        |
| <b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>                |      | <b>2.016.479</b> | <b>253.404</b>    | <b>374.858</b>   | -                 | <b>2.644.741</b> |
| <b>Mutações do período</b>                            |      | -                | <b>11.080</b>     | <b>(148.572)</b> | -                 | <b>(137.492)</b> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

|                                                                             |             | <b>2º Semestre</b> | <b>Exercício</b>   |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------------|--------------------|
|                                                                             | <b>Nota</b> | <b>2025</b>        | <b>2025</b>        |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                           |             |                    |                    |
| <b>Resultado Líquido Ajustado</b>                                           |             | <b>1.127.431</b>   | <b>2.198.824</b>   |
| Resultado Líquido do Exercício/Período                                      |             | 221.605            | 401.168            |
| Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso                              | 10          | 4.882              | 9.385              |
| Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento                        |             | 24.327             | 43.177             |
| Insuficiência (Superveniência) de Depreciação                               | 3f          | 16.077             | 29.550             |
| Outras Despesas de Arrendamento                                             |             | 5.535              | 13.171             |
| Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso                                |             | (221)              | (221)              |
| Resultado de Equivalência Patrimonial                                       | 9           | (86.903)           | (156.296)          |
| Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda           |             | (3.237)            | (5.165)            |
| Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito              |             | 133.746            | 226.414            |
| Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia                             | 20          | (39.151)           | (72.230)           |
| Resultado com Títulos e Valores Mobiliários                                 | 5c          | (15.567)           | (29.153)           |
| Juros apropriados de Depósitos                                              |             | 375.600            | 721.043            |
| Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras           |             | 470.794            | 876.141            |
| Provisão para Riscos e Obrigações Legais                                    | 15b         | 40.868             | 73.818             |
| Tributos Diferidos                                                          | 12e         | (18.880)           | (11.371)           |
| Provisão para Tributos Correntes                                            | 12b         | (2.044)            | 79.393             |
| <b>Variação de Ativos e Obrigações</b>                                      |             | <b>(637.492)</b>   | <b>(2.084.575)</b> |
| (Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários                          |             | 171.635            | 171.635            |
| (Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil           |             | (1.582.645)        | (276.407)          |
| (Aumento) Redução em Outros Ativos                                          |             | 40.270             | 122.173            |
| (Aumento) Redução de Despesas Antecipadas                                   |             | 4.432              | 967                |
| (Aumento) Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda                |             | (9.714)            | (12.416)           |
| Aumento (Redução) em Depósitos                                              |             | 1.873.622          | (453.341)          |
| Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras           |             | 7.359              | 219.859            |
| Aumento (Redução) em Outras Obrigações                                      |             | (322.879)          | (421.069)          |
| Pagamento de riscos e obrigações legais                                     |             | (7.693)            | (12.475)           |
| Juros Pagos de Depósitos                                                    |             | (281.097)          | (558.773)          |
| Juros Pagos de Obrigações por emissão de Letras Financeiras                 |             | (479.162)          | (744.111)          |
| Imposto de renda e Contribuição Social pagos                                |             | (51.620)           | (120.617)          |
| <b>Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais</b>     |             | <b>489.939</b>     | <b>114.249</b>     |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>                       |             |                    |                    |
| Alienação de Imobilizado de Uso                                             |             | 231                | 231                |
| Aquisição de Imobilizado de Uso                                             | 10          | (23.220)           | (31.814)           |
| Recebimento de Dividendos                                                   | 9           | -                  | 79.992             |
| <b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento</b>  |             | <b>(22.989)</b>    | <b>48.409</b>      |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>                       |             |                    |                    |
| Aumento (Redução) em Arrendamento                                           |             | 17.537             | 26.645             |
| Juros sobre o Capital Próprio Pagos                                         | 16b         | (159.096)          | (159.096)          |
| Dividendos Pagos                                                            | 16b         | (200.001)          | (200.001)          |
| <b>Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamento</b> |             | <b>(341.560)</b>   | <b>(332.452)</b>   |
| <b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES</b>                  |             | <b>125.390</b>     | <b>(169.794)</b>   |
| Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos/exercícios             |             | 402.517            | 697.701            |
| Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos/exercícios              |             | 527.907            | 527.907            |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>                   |             | <b>125.390</b>     | <b>(169.794)</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, São Paulo -SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, bem como no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet.

O Banco tem como controladora final a General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit – Michigan, Estados Unidos. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

### 2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

A partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Resolução CMN nº 4.975/21 e Resolução BCB nº. 283/23 com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, no qual as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2), no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil seja tanto no papel de arrendadora, quanto no de arrendatária. Os ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram registrados em contrapartida a lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante devedor de R\$ 1.637 líquido dos efeitos tributários.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

A Resolução CMN nº 4.966/21 foi adotada na mesma data e alterou a classificação, reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros. Os ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram registrados em contrapartida a lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante credor de R\$ 13.035 líquido dos efeitos tributários. Os saldos de períodos anteriores, não foram remensurados. O Banco classifica os instrumentos financeiros com base no modelo de negócio aprovado pela Administração, para gestão de ativos e passivos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas. A classificação e seus

efeitos sobre a posição patrimonial e financeira estão demonstrados nas Notas 5 e 6. Em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta resolução, considera-se a dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- e) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- f) CPC 06 (R2) – Arrendamentos - homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21;
- g) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- j) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- o) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado parcialmente pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 20 de março de 2026.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

#### a) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades.

#### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

#### d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "*pro rata temporis*" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

#### e) Instrumentos Financeiros

##### i. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado do período. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são avaliados periodicamente pelo valor justo, com os ganhos e perdas decorrentes da variação no valor justo reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem.

##### ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são instrumentos de dívida que atendem aos critérios do modelo de negócios cujo objetivo é tanto receber fluxos de caixa contratuais quanto vender os ativos financeiros, e cujos fluxos de caixa são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo, sendo que os ganhos e perdas não realizados decorrentes da variação no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em vez de serem levados diretamente ao resultado do período. Os juros auferidos, calculados com base na taxa efetiva de juros, são reconhecidos no resultado como receita financeira. Quando da baixa do ativo financeiro, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

### iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado quando atendem simultaneamente aos critérios onde o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando

o método da taxa efetiva de juros alternativo, que consiste no reconhecimento proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

Os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado como receita financeira, com base na taxa efetiva de retorno do ativo. Eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas com base no modelo de perda esperada de crédito.

### iv. Operações de arrendamento mercantil

Um contrato de arrendamento é classificado como arrendamento financeiro quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo para o arrendatário. Essa avaliação é feita no início do contrato.

Na data de início do arrendamento, o arrendador reconhece um ativo financeiro equivalente ao investimento líquido no arrendamento, que corresponde ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento a receber, acrescido do valor residual garantido.

O arrendamento é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros implícita no arrendamento. A receita é reconhecida ao longo do prazo do contrato, refletindo uma taxa de retorno constante sobre o saldo remanescente da operação.

### v. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.966/21, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

### vi. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia adota o modelo completo de perda esperada de crédito para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21.

Esse modelo aplica-se a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar que não sejam canceláveis incondicionalmente pela instituição.

A mensuração da perda esperada é baseada em um modelo de três estágios, conforme o nível de deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A estimativa da perda esperada incorpora informações históricas de inadimplência, dados atuais sobre a situação financeira da contraparte; projeções macroeconômicas e cenários múltiplos ponderados por probabilidade.

A Companhia utiliza modelos coletivos para mensuração da perda esperada em carteiras homogêneas, para operações de varejo, conforme permitido pela norma.

Conforme previsto na Resolução BCB nº 352/23, a companhia deve mensurar também a perda incorrida das operações, considerando essa um componente da perda esperada e deve ser aplicada apenas sobre ativos financeiros inadimplidos, com atraso superior a 90 dias. A perda incorrida deve corresponder ao valor resultante da aplicação de percentuais definidos no Anexo I da resolução, observados os períodos de atraso e as carteiras, sobre o valor contábil bruto do ativo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### **vii. Critérios para recuperação de crédito**

Em conformidade com os critérios estabelecidos para avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros, um instrumento financeiro anteriormente classificado como ativo com problema de recuperação de crédito é reavaliado e descaracterizado dessa condição, com base nos seguintes fatores:

**Inexistência de Parcelas Vencidas:** O ativo não apresenta parcelas vencidas, sejam elas referentes ao principal ou aos encargos, evidenciando regularidade nos pagamentos.

**Manutenção de Pagamentos Tempestivos:** Foi observado o pagamento pontual do principal e dos encargos por período suficiente para demonstrar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte. Esse comportamento indica que a contraparte retomou sua capacidade de honrar suas obrigações de forma consistente.

**Cumprimento das Obrigações Contratuais:** Além dos pagamentos, a contraparte tem cumprido todas as demais obrigações contratuais por período igualmente suficiente, reforçando a evidência de recuperação financeira.

### **f) Ativo permanente**

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 16.077, classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 61.243, classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 27 e a Resolução CMN nº 4.535/16.

### **g) Redução ao valor recuperável dos ativos**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

### **h) Passivo circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "*pro rata temporis*" e cambiais incorridos.

### **i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, baseadas nos critérios definidos na Instrução Normativa BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

### **j) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

### **k) Partes Relacionadas**

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

### **l) Apuração de resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata temporis*” para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano; e
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### m) Resultado não Recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 02/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e o efeito financeiro dos eventos que deram origem ao resultado não recorrente devem ser evidenciados em notas explicativas.

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

## 4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

|                                    | 2025      |
|------------------------------------|-----------|
| Disponibilidades em Moeda Nacional | 11        |
| <b>Total</b>                       | <b>11</b> |

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, a partir de 01/01/2025, os instrumentos financeiros do Banco passaram a ser classificados e mensurados conforme os critérios estabelecidos pela nova regulamentação. Não houve alterações nas categorias de mensuração dos instrumentos financeiros.

### a) Instrumentos Financeiros - Classificação por Categorias

Os ativos financeiros estão abaixo demonstrados conforme definidos no modelo de negócios do Banco, para a gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos nas seguintes categorias:

**Categoria custo amortizado:** Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e as Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil, cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa futuros contratualmente previstos, contemplando os pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Abaixo a categoria de mensuração e o valor contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

|                                                                          | 2025              |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| <b>Ativos financeiros ao Custo Amortizado e Arrendamento<sup>1</sup></b> | <b>14.090.553</b> |
| <b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>                           | <b>527.896</b>    |
| Revendas a Liquidar - Posição Bancada                                    | 527.896           |
| <b>Operações de Crédito</b>                                              | <b>13.465.029</b> |
| Empréstimos                                                              | 110.860           |
| Financiamentos                                                           | 13.354.169        |
| <b>Arrendamento Financeiro</b>                                           | <b>97.628</b>     |
| <b>Total</b>                                                             | <b>14.090.553</b> |

<sup>1</sup> Os montantes estão líquidos das perdas esperadas.

Em 16 de dezembro de 2025 ocorreu o encerramento da participação no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") registrando um resultado no exercício de R\$ 29.153 (R\$ 15.567 referente ao 2º semestre de 2025).

### b) Composição da Carteira de Operações Compromissadas

|                                   | 2025           |
|-----------------------------------|----------------|
| Aplicação de Mercado Aberto - LFT | 527.896        |
| <b>Total</b>                      | <b>527.896</b> |

No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 83.151 (R\$ 40.983 referente ao 2º semestre de 2025).

### c) Composição de Carteiras de Operações de Crédito

|                                    | 2025              |
|------------------------------------|-------------------|
| <b>Empréstimos</b>                 | <b>110.860</b>    |
| Empréstimos - Capital de Giro      | 110.860           |
| <b>Financiamentos</b>              | <b>13.354.169</b> |
| Crédito Direto ao Consumidor – CDC | 11.964.487        |
| Floor Plan <sup>1</sup>            | 1.389.682         |
| <b>Total</b>                       | <b>13.465.029</b> |

<sup>1</sup> Financiamento de veículos e peças para a rede de concessionários Chevrolet.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO – RISCO DE CRÉDITO

### a) Ativos Financeiros – Classificação por Estágios de Risco de Crédito

O Banco avalia a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de resultado, aplicando a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito. A classificação por estágio e a metodologia de provisionamento estão definidas com base em modelo interno do Banco, sendo:

**Estágio 1:** Ativos com risco de crédito não deteriorado significativamente. A provisão é calculada com base na perda esperada em 12 meses.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**Estágio 2:** Ativos com aumento significativo no risco de crédito. A provisão é baseada na perda esperada durante toda a vida do ativo.

**Estágio 3:** Ativos com evidência objetiva de perda (inadimplência). A provisão também considera a perda esperada durante toda a vida, com reconhecimento separado da receita financeira.

|                                                | 2025              |                |                |                   |
|------------------------------------------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|
| Saldo Contábil Bruto                           | Estágio 1         | Estágio 2      | Estágio 3      | Total             |
| <b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b> | <b>527.896</b>    | -              | -              | <b>527.896</b>    |
| <b>Operações de Crédito</b>                    | <b>13.076.726</b> | <b>468.295</b> | <b>287.291</b> | <b>13.832.312</b> |
| Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados | 107.915           | 6.351          | -              | 114.266           |
| Financiamentos                                 | 12.968.811        | 461.944        | 287.291        | 13.718.046        |
| <b>Arrendamento Financeiro</b>                 | <b>97.638</b>     | -              | -              | <b>97.638</b>     |
| <b>Total</b>                                   | <b>13.702.260</b> | <b>468.295</b> | <b>287.291</b> | <b>14.457.846</b> |

### b) Ativos Financeiros – Classificação por Carteiras de Provisão

A classificação nas carteiras é prevista na Resolução BCB nº 352/23 e considera o tipo de operação e suas garantias, sendo C1 operações com menor grau risco e garantias mais eficazes e C5 operações com maior grau de risco e garantias menor eficazes ou sem garantias.

|                                   | 2025          |                   |                  |               |                   |                |               |
|-----------------------------------|---------------|-------------------|------------------|---------------|-------------------|----------------|---------------|
|                                   | C1            | C2                | C3               | C5            | Saldo Contábil    | Provisão       | % PD/LGD      |
| <b>Não Problemáticos</b>          | <b>21.586</b> | <b>12.690.216</b> | <b>1.372.676</b> | <b>86.076</b> | <b>14.170.554</b> | <b>194.916</b> | <b>1,38%</b>  |
| De 0 a 14 dias de atraso          | 21.586        | 12.235.084        | 1.372.676        | 86.076        | 13.715.422        | 124.250        | 0,91%         |
| De 15 a 30 dias de atraso         | -             | 245.731           | -                | -             | 245.731           | 17.511         | 7,13%         |
| De 31 a 60 dias de atraso         | -             | 141.889           | -                | -             | 141.889           | 30.399         | 21,42%        |
| De 61 a 90 dias de atraso         | -             | 67.512            | -                | -             | 67.512            | 22.756         | 33,71%        |
| <b>Problemáticos Adimplidos</b>   | -             | <b>29.045</b>     | -                | -             | <b>29.045</b>     | <b>15.099</b>  | <b>51,99%</b> |
| De 0 a 90 dias de atraso          | -             | 29.045            | -                | -             | 29.045            | 15.099         | 51,99%        |
| <b>Problemáticos Inadimplidos</b> | -             | <b>258.247</b>    | -                | -             | <b>258.247</b>    | <b>157.278</b> | <b>60,90%</b> |
| Atraso superior a 90 dias         | -             | 258.247           | -                | -             | 258.247           | 157.278        | 60,90%        |
| <b>Total</b>                      | <b>21.586</b> | <b>12.977.508</b> | <b>1.372.676</b> | <b>86.076</b> | <b>14.457.846</b> | <b>367.293</b> | <b>2,54%</b>  |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### c) Provisão para Perda Esperada – Classificação por Estágios de Risco de Crédito

| 2025         |                   |                 |                |                |              |
|--------------|-------------------|-----------------|----------------|----------------|--------------|
| Estágios     | Saldo Contábil    | Perda Incorrida | Perda Esperada | Provisão Total | % PD/LGD     |
| 1            | 13.702.260        | -               | 106.464        | 106.464        | 0,78%        |
| 2            | 468.295           | -               | 88.452         | 88.452         | 18,89%       |
| 3            | 287.291           | 124.057         | 48.320         | 172.377        | 60,00%       |
| <b>Total</b> | <b>14.457.846</b> | <b>124.057</b>  | <b>243.236</b> | <b>367.293</b> | <b>2,54%</b> |

| 2025                                    |                  |               |                |                |
|-----------------------------------------|------------------|---------------|----------------|----------------|
|                                         | Estágio 1        | Estágio 2     | Estágio 3      | Total          |
| <b>Saldo Inicial</b>                    | <b>87.187</b>    | <b>55.288</b> | <b>90.229</b>  | <b>232.704</b> |
| (+) Novas Operações                     | 55.288           | -             | -              | 55.288         |
| Operações com mais de 30 dias de atraso | -                | 5.296         | 137            | 5.433          |
| (+/-) Remensuração de risco             | 127.808          | 9.045         | 28.840         | 165.693        |
| (-) Baixas para prejuízo                | -                | -             | (91.825)       | (91.825)       |
| <b>(+/-) Transferências de Estágios</b> | <b>(163.819)</b> | <b>18.823</b> | <b>144.996</b> | -              |
| Entre estágio 1 e 2                     | (81.030)         | 81.030        | -              | -              |
| Entre estágio 1 e 3                     | (82.789)         | -             | 82.789         | -              |
| Entre estágio 2 e 3                     | -                | (62.207)      | 62.207         | -              |
| <b>Saldo Final</b>                      | <b>106.464</b>   | <b>88.452</b> | <b>172.377</b> | <b>367.293</b> |

A estimativa da perda de crédito esperada envolve o uso de premissas relevantes e a aplicação de modelos quantitativos. A área de risco de crédito é responsável por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda de crédito esperada e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão, conforme definido na Política de Risco de Crédito, a área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada, além de estabelecer um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

A Administração exerce julgamento técnico para avaliar se os valores estimados pelos modelos refletem adequadamente o risco de crédito. Com base em sua experiência, podem ser realizados ajustes adicionais, especialmente em casos específicos de clientes ou em situações temporárias que ainda não estejam capturadas pelos modelos utilizados.

As principais premissas consideradas na estimativa da perda de crédito esperada são:

**Definição de critérios para identificar alterações significativas no risco de crédito:** O Banco estabelece critérios para identificar aumentos relevantes no risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial. Essa avaliação é feita individualmente para ativos específicos e, no caso das carteiras de varejo, também de forma coletiva.

Para a análise coletiva das carteiras de varejo, os ativos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, considerando fatores como dias de atraso, prazo remanescente, entre outros aspectos relevantes. Já nas carteiras de atacado, a avaliação é realizada individualmente embasada em política global da companhia.

No Varejo, o Banco possui 7 grupos homogêneos: 3 grupos no Estágio 1, 3 grupos no Estágio 2 e 1 grupo no Estágio 3. A concentração média de risco das operações de crédito por grupos homogêneos é de 2,6%.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

A reclassificação de um ativo para um estágio anterior ocorre quando há uma redução consistente e sustentável do risco de crédito, evidenciada principalmente por pagamentos recorrentes e pela ausência de acionamento dos gatilhos de deterioração de crédito.

**Prazo Contratual Máximo:** Para ativos financeiros sem vencimento definido, o Banco estima sua vida útil esperada com base no período em que há exposição ao risco de crédito, considerando os termos contratuais vigentes, incluindo cláusulas de pré-pagamento e possibilidade de renovação.

**Informações Prospectivas:** O Banco incorpora projeções macroeconômicas e dados públicos, complementados por estimativas internas, para avaliar o impacto dessas informações na mensuração da perda de crédito esperada. O principal indicador utilizado é a inadimplência projetada, que está diretamente relacionada a variáveis como o Produto Interno Bruto (PIB).

A construção dos cenários macroeconômicos envolve riscos e incertezas inerentes ao mercado, podendo resultar em desfechos diferentes dos inicialmente previstos. Para refletir essas possibilidades, o Banco adota cenários ponderados na estimativa da perda de crédito esperada, considerando um horizonte de tempo compatível com a classificação dos ativos em estágios. Esses cenários são revisados anualmente ou sempre que houver mudanças relevantes nas condições de mercado.

## 7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

|                                                                 | 2025             |
|-----------------------------------------------------------------|------------------|
| Depósitos Judiciais <sup>1</sup>                                | 1.065.456        |
| Créditos Tributários - IR e CS (nota 12c)                       | 741.256          |
| Impostos a Recuperar <sup>2</sup>                               | 213.045          |
| Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 23e) <sup>3</sup> | 76.857           |
| Devedores Diversos – País <sup>4</sup>                          | 27.704           |
| <b>Total</b>                                                    | <b>2.124.318</b> |
| <b>Ativo Circulante</b>                                         | <b>317.606</b>   |
| <b>Ativo Não Circulante</b>                                     | <b>1.806.712</b> |
| <b>Total</b>                                                    | <b>2.124.318</b> |

<sup>1</sup> Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros

processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas “Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas” (nota 14) e “Provisão para riscos e obrigações legais” (nota 15). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).

<sup>2</sup> Refere-se substancialmente à crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores no montante de R\$ 113.756 e antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente que juntos somam R\$ 94.925.

<sup>3</sup> Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de “Floor Plan” e CDC junto à General Motors do Brasil Ltda. no valor de R\$ 59.926, e reembolso de despesas administrativas da General Motors Financial Inc. no valor de R\$ 7.076.

<sup>4</sup> Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros ativos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, “Floor Plan” e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 25.045.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA

#### a) Ativos não financeiros mantidos à venda

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para a redução ao valor recuperado, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

|                                            | 2025          |
|--------------------------------------------|---------------|
| Bens Não de Uso Próprio                    | 34.569        |
| Provisão Para Redução ao Valor Recuperável | (7.463)       |
| <b>Total</b>                               | <b>27.106</b> |

|                      | 2025           |                |                 |
|----------------------|----------------|----------------|-----------------|
|                      | Saldo Contábil | Provisão       | Total           |
| <b>Saldo inicial</b> | <b>16.059</b>  | <b>(6.534)</b> | <b>9.525</b>    |
| Veículos Retomados   | 115.909        | (13.979)       | <b>101.930</b>  |
| Veículos Vendidos    | (97.399)       | 13.050         | <b>(84.349)</b> |
| <b>Saldo Final</b>   | <b>34.569</b>  | <b>(7.463)</b> | <b>27.106</b>   |

#### b) Despesas antecipadas:

|                                      | 2025         |
|--------------------------------------|--------------|
| Seguros Antecipados <sup>2</sup>     | 3.539        |
| Operações Securitizadas <sup>1</sup> | 3.207        |
| <b>Total</b>                         | <b>6.746</b> |
| <b>Ativo Circulante</b>              | <b>4.779</b> |
| <b>Ativo Não Circulante</b>          | <b>1.967</b> |
| <b>Total</b>                         | <b>6.746</b> |

<sup>1</sup> Refere-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com instituições financeiras.

<sup>2</sup> Refere-se a apólices de seguros pagos cujo diferimento perdura até o prazo de vencimento pactuado com a seguradora. Em 31 de dezembro de 2025 os valores de despesas com seguros representaram R\$ 25.101 (R\$ 13.460 referente ao 2º semestre de 2025) (nota 19).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

| Dados das Controladas   | 2025                          |                               | Total          |
|-------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------|
|                         | GMAC Adm. de Consórcios Ltda. | GM Corretora de Seguros Ltda. |                |
| Patrimônio Líquido      | 864.179                       | 54.131                        | <b>918.310</b> |
| Participação no Capital | 99,99%                        | 99,99%                        |                |

| Movimentação dos Investimentos          | 2025                          |                               | Total           |
|-----------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|
|                                         | GMAC Adm. de Consórcios Ltda. | GM Corretora de Seguros Ltda. |                 |
| <b>Saldo Inicial do Exercício</b>       | <b>755.897</b>                | <b>86.104</b>                 | <b>842.001</b>  |
| Resultado de Equivalência Patrimonial   | 108.282                       | 48.014                        | <b>156.296</b>  |
| Distribuição de dividendos <sup>1</sup> | -                             | (79.992)                      | <b>(79.992)</b> |
| <b>Saldo Final do Exercício</b>         | <b>864.179</b>                | <b>54.126</b>                 | <b>918.305</b>  |

<sup>1</sup> Em 18 de junho de 2025, foi aprovada a ata da reunião de quotistas da GM Corretora de Seguros Ltda a distribuição de dividendos ao Banco GM no valor total de R\$ 79.992.

### 10. ATIVO IMOBILIZADO

|                                               | Móveis e Equipamentos | Sistemas de Comunicação | Sistema de Processamento de Dados | Direito de Uso | Total         |
|-----------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------------------|----------------|---------------|
| <b>Custo Inicial do Exercício</b>             | <b>2.986</b>          | <b>437</b>              | <b>6.485</b>                      | -              | <b>9.908</b>  |
| Efeito adoção Res. CMN nº 4.975/21            | -                     | -                       | -                                 | 46.602         | 46.602        |
| Aquisições                                    | -                     | 424                     | 2.621                             | 28.769         | 31.814        |
| Alienações                                    | -                     | -                       | (10)                              | -              | (10)          |
| Baixa Veículos Arrendados                     | -                     | -                       | -                                 | (12.586)       | (12.586)      |
| Depreciação                                   | (303)                 | (199)                   | (2.204)                           | (6.679)        | (9.385)       |
| <b>Imobilizado de uso no fim do exercício</b> | <b>2.683</b>          | <b>662</b>              | <b>6.892</b>                      | <b>56.106</b>  | <b>66.343</b> |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros

| Instrumentos                                         | Indexador  | Remuneração             | Valor da Operação | Valor Atualizado  |
|------------------------------------------------------|------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
|                                                      |            |                         | 2025              | 2025              |
| Depósitos Interfinanceiros                           | Pós-Fixado | 100,0% a 105,0% do CDI  | 2.320.000         | 2.447.211         |
|                                                      | Prefixado  | 14,47% a.a a 15,56% a.a | 1.170.000         | 1.234.757         |
| <b>Total</b>                                         |            |                         | <b>3.490.000</b>  | <b>3.681.968</b>  |
| Depósitos a prazo                                    | Pós-Fixado | 95,0% a 110,0% do CDI   | 1.712.444         | 1.807.382         |
|                                                      | Prefixado  | 9,62% a.a a 15,95% a.a  | 944.015           | 1.049.759         |
| (-) Custos emissão – Depósitos a prazo               |            |                         | -                 | (776)             |
| <b>Total</b>                                         |            |                         | <b>2.656.459</b>  | <b>2.856.365</b>  |
| Letras Financeiras                                   | Pós-Fixado | 100,0% do CDI           | 3.901.000         | 4.615.390         |
|                                                      | Prefixado  | 10,67% a.a a 14,92% a.a | 1.615.000         | 1.816.599         |
| (-) Custos emissão – Letras Financeiras              |            |                         | -                 | (3.040)           |
| <b>Total</b>                                         |            |                         | <b>5.516.000</b>  | <b>6.428.949</b>  |
| Passivo de Arrendamento <sup>1</sup>                 | Prefixado  | IPCA                    | 65.324            | 60.661            |
| <b>Total</b>                                         |            |                         | <b>65.324</b>     | <b>60.661</b>     |
| <b>Total de depósitos e instrumentos financeiros</b> |            |                         | <b>11.727.783</b> | <b>13.027.943</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>                            |            |                         |                   | <b>6.978.624</b>  |
| <b>Passivo Não Circulante</b>                        |            |                         |                   | <b>6.049.319</b>  |
| <b>Total</b>                                         |            |                         |                   | <b>13.027.943</b> |

<sup>1</sup> Refere-se a contrato de direito de uso de instalações físicas no montante de R\$ 28.890 e veículos corporativos R\$ 31.771 (Nota 23e), necessários para a operação do Banco.

#### b) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros por faixas de vencimentos

|                            | 2025             |                  |                  |                  | Total             |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
|                            | Até 3 meses      | De 3 a 6 meses   | De 6 a 12 meses  | Acima 12 meses   |                   |
| Depósitos Interfinanceiros | 1.406.981        | 895.622          | 1.379.365        | -                | <b>3.681.968</b>  |
| Depósitos a prazo          | 183.915          | 571.254          | 584.454          | 1.517.518        | <b>2.857.141</b>  |
| Letras Financeiras         | 122.867          | 869.207          | 958.856          | 4.481.059        | <b>6.431.989</b>  |
| (-) Custos emissão         | (313)            | (210)            | (784)            | (2.509)          | <b>(3.816)</b>    |
| Passivo de Arrendamento    | 3.607            | 1.042            | 2.761            | 53.251           | <b>60.661</b>     |
| <b>Total</b>               | <b>1.717.057</b> | <b>2.336.915</b> | <b>2.924.652</b> | <b>6.049.319</b> | <b>13.027.943</b> |

#### c) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

|                                                  | 2025               |
|--------------------------------------------------|--------------------|
| Letras Financeiras                               | (876.141)          |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB        | (417.461)          |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI | (303.582)          |
| Fundo Garantidor de Créditos - FGC               | (3.784)            |
| <b>Total</b>                                     | <b>(1.600.968)</b> |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

|                                                          | 2025             |                     |
|----------------------------------------------------------|------------------|---------------------|
|                                                          | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Lucro Antes da Tributação                                | 508.662          | 508.662             |
| Alíquotas                                                | 25%              | 20%                 |
| <b>Despesa de Acordo com Alíquotas</b>                   | <b>(127.166)</b> | <b>(101.732)</b>    |
| <b>Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes</b>    |                  |                     |
| Participações no lucro e resultado                       | 9.868            | 7.894               |
| Juros sobre capital próprio                              | 39.774           | 31.819              |
| Resultado de equivalência patrimonial                    | 39.074           | 31.259              |
| Outras adições/exclusões permanentes                     | (3.176)          | (1.328)             |
| <b>Total IR e CS Sobre Despesas Permanentes</b>          | <b>85.540</b>    | <b>69.644</b>       |
| Incentivos Fiscais <sup>1</sup>                          | 4.055            | -                   |
| Ajuste de imposto corrente período anterior <sup>2</sup> | 678              | 934                 |
| Adicional do imposto de renda                            | 25               | -                   |
| <b>Total outros efeitos sobre diferenças permanentes</b> | <b>4.758</b>     | <b>934</b>          |
| <b>Despesa de IR e CS no Período</b>                     | <b>(36.868)</b>  | <b>(31.154)</b>     |
| <b>Total</b>                                             | <b>(68.022)</b>  |                     |

<sup>1</sup> Do total dos incentivos fiscais, R\$ 1.192 refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo Decreto 9.580 em seus artigos 641 a 647.

<sup>2</sup> O ajuste é referente a reversão de reserva de valor de principal em processo judicial de anos anteriores.

#### b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

|                                                         | 2025             |                     |
|---------------------------------------------------------|------------------|---------------------|
|                                                         | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| IR e CS Correntes Devidos no Período                    | (45.612)         | (35.393)            |
| IR e CS Correntes do Período Anterior                   | 678              | 934                 |
| <b>Constituição / Realização de Impostos Diferidos:</b> | <b>8.066</b>     | <b>3.305</b>        |
| Provisão Para Operação de Crédito                       | 2.898            | 2.317               |
| Provisões Para Riscos Fiscais                           | 13.665           | 10.932              |
| Outras Adições Temporárias                              | 969              | 777                 |
| Correção (Reversão) de Depósitos Judiciais              | (13.401)         | (10.721)            |
| Superveniência de Depreciação                           | 3.935            | -                   |
| <b>Despesa de IR e CS no Período</b>                    | <b>(36.868)</b>  | <b>(31.154)</b>     |
| <b>Total</b>                                            | <b>(68.022)</b>  |                     |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

|                                                           | 2025             |                     |
|-----------------------------------------------------------|------------------|---------------------|
|                                                           | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL                   | 79.624           | -                   |
| <b>Adições temporárias:</b>                               |                  |                     |
| Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa | 111.838          | 89.470              |
| Provisão Para Riscos Fiscais                              | 224.007          | 178.892             |
| Insuficiência de Depreciação                              | 15.311           | -                   |
| Outras Adições Temporárias <sup>1</sup>                   | 23.396           | 18.718              |
| <b>Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL</b>          | <b>454.176</b>   | <b>287.080</b>      |
| <b>Total de Créditos Tributários</b>                      | <b>741.256</b>   |                     |

<sup>1</sup> Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.

### d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025:

|              | Imposto de Renda    |                 | Contribuição Social |                |                |
|--------------|---------------------|-----------------|---------------------|----------------|----------------|
|              | Adições Temporárias | Prejuízo Fiscal | Adições Temporárias | Valor Contábil | Valor Presente |
| 2026         | 56.228              | -               | 43.909              | 10.137         | 88.609         |
| 2027         | 166.705             | -               | 122.189             | 288.894        | 256.748        |
| 2028         | 32.826              | 20.601          | 26.261              | 79.688         | 70.740         |
| 2029         | 28.931              | 22.279          | 23.145              | 74.355         | 65.871         |
| 2030         | 38.590              | 20.261          | 30.559              | 89.410         | 79.095         |
| 2031         | 36.265              | 16.483          | 29.012              | 81.760         | 72.240         |
| 2032         | 9.305               | -               | 7.444               | 16.749         | 14.789         |
| 2033         | 2.170               | -               | 1.736               | 3.906          | 3.447          |
| 2034         | 576                 | -               | 461                 | 1.037          | 915            |
| 2035         | 2.956               | -               | 2.364               | 5.320          | 4.697          |
| <b>Total</b> | <b>374.552</b>      | <b>79.624</b>   | <b>287.080</b>      | <b>741.256</b> | <b>657.151</b> |

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 657.150, calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

As perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas serão excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

|                                                             | 2025             |                                             |                  |
|-------------------------------------------------------------|------------------|---------------------------------------------|------------------|
|                                                             | Saldo Inicial    | Constituições<br>(Realizações) <sup>1</sup> | Saldo Final      |
| <b>Créditos Tributários</b>                                 |                  |                                             |                  |
| Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito             | 206.759          | (5.451)                                     | 201.308          |
| Riscos Fiscais                                              | 378.303          | 24.596                                      | 402.899          |
| Insuficiência                                               | 11.376           | 3.935                                       | 15.311           |
| Outras Adições Temporárias                                  | 39.027           | 3.087                                       | 42.114           |
| <b>Total de adições temporárias</b>                         | <b>635.465</b>   | <b>26.167</b>                               | <b>661.632</b>   |
| Créditos de Prejuízo Fiscal                                 | 79.624           | -                                           | 79.624           |
| <b>Total de Prejuízo Fiscal e Base Negativa</b>             | <b>79.624</b>    | <b>-</b>                                    | <b>79.624</b>    |
| <b>Total de Créditos Tributários</b>                        | <b>715.089</b>   | <b>26.167</b>                               | <b>741.256</b>   |
| <b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>                         |                  |                                             |                  |
| Atualização de Depósitos Judiciais                          | (252.776)        | (24.122)                                    | (276.898)        |
| <b>Total de Créditos s/Diferenças Temporárias (nota 14)</b> | <b>(252.776)</b> | <b>(24.122)</b>                             | <b>(276.898)</b> |
| <b>Total Líquido</b>                                        | <b>462.313</b>   | <b>2.045</b>                                | <b>464.358</b>   |

<sup>1</sup> O valor das constituições/realizações líquidas inclui o montante de R\$ 9.325 referente ao ajuste decorrente da adoção inicial das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e 4.975/2021. Esse ajuste foi registrado diretamente no patrimônio líquido,

conforme previsto nas referidas normas. Em razão dessa contabilização direta no patrimônio líquido, o valor não está refletido na linha de ativo fiscal diferido apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

## 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

|                                                | 2025           |
|------------------------------------------------|----------------|
| Valores a Pagar de Pessoal                     | 58.220         |
| Valores a Pagar de Fornecedores Diversos       | 45.987         |
| Credores Diversos - País                       | 45.984         |
| Valores a Repassar a Seguradoras               | 17.176         |
| Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 23e) | 16.787         |
| <b>Total</b>                                   | <b>184.154</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>                      | <b>184.154</b> |
| <b>Passivo Não Circulante</b>                  | <b>-</b>       |
| <b>Total</b>                                   | <b>184.154</b> |

## 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

|                                                                                    | 2025           |
|------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e) | 276.898        |
| Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL                         | 81.004         |
| Outros Impostos Indiretos a Pagar                                                  | 35.466         |
| <b>Total</b>                                                                       | <b>393.368</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>                                                          | <b>116.470</b> |
| <b>Passivo Não Circulante</b>                                                      | <b>276.898</b> |
| <b>Total</b>                                                                       | <b>393.368</b> |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

#### a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

|                                    | 2025           |
|------------------------------------|----------------|
| Provisões para Riscos Fiscais      | 938.276        |
| Provisões para Riscos Cíveis       | 31.204         |
| Provisões para Riscos Trabalhistas | 13.696         |
| <b>Total</b>                       | <b>983.176</b> |

#### b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

|                                     | 2025           |               |               |                 |
|-------------------------------------|----------------|---------------|---------------|-----------------|
|                                     | Fiscais        | Cíveis        | Trabalhistas  | Total           |
| <b>Saldo no Início do Exercício</b> | <b>883.617</b> | <b>24.438</b> | <b>13.778</b> | <b>921.833</b>  |
| Constituições / (Reversões)         | 54.659         | 14.464        | 4.695         | <b>73.818</b>   |
| Valores Pagos no exercício          | -              | (7.698)       | (4.777)       | <b>(12.475)</b> |
| <b>Saldo no Final do Exercício</b>  | <b>938.276</b> | <b>31.204</b> | <b>13.696</b> | <b>983.176</b>  |

#### Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

#### Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

#### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### c) Resumo de passivos contingentes – causas classificadas como possíveis:

|              | 2025                       |                   |
|--------------|----------------------------|-------------------|
|              | Quantidade<br>de Processos | Montante<br>(R\$) |
| Fiscais      | 263                        | 328.511           |
| Cíveis       | 256                        | 7.998             |
| Trabalhistas | 9                          | 2.658             |
| <b>Total</b> | <b>528</b>                 | <b>339.167</b>    |

### d) Contingência passiva remota - Dedutibilidade de ágio

Conforme determina o CPC 25, não há obrigatoriedade de constituição de provisão, tão pouco de divulgação de contingências passivas classificadas como remotas, ainda assim, estamos realizando a divulgação, por boas práticas e transparência, que o Banco discute judicialmente a glosa da dedutibilidade de ágio gerado em operação societária ocorrida em 2004 e deduzida nas bases de IRPJ e CSLL nos anos de 2005 a 2009 e 2012, no valor de R\$ 487.659, cuja expectativa de perda dada ao caso por seus assessores legais é remota.

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social está representado por 1.141.400.925 quotas expressas no montante de R\$ 2.016.479 sendo R\$ 2.016.471 de domiciliados no país e R\$ 8 de domiciliados no exterior.

### b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

No exercício de 2025 foram pagos R\$ 200.001 a título de dividendos e R\$ 159.096 a título de juros sobre o capital próprio referente ao resultado líquido de 2025.

### c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 628.262.

## 17. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

|                                  | 2º Semestre<br>2025 | Exercício<br>2025 |
|----------------------------------|---------------------|-------------------|
| Rendas de Financiamentos         | 1.276.591           | 2.501.125         |
| Rendas de Arrendamento Mercantil | 7.858               | 13.205            |
| Rendas de Empréstimos            | 5.577               | 12.414            |
| <b>Total</b>                     | <b>1.290.026</b>    | <b>2.526.744</b>  |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 18. DESPESA DE PESSOAL

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram reconhecidas “Despesas com Pessoal”, conforme demonstrado:

|                               | 2º Semestre      | Exercício        |
|-------------------------------|------------------|------------------|
|                               | 2025             | 2025             |
| Despesas com Proventos        | (76.295)         | (142.771)        |
| Despesas com Encargos Sociais | (23.552)         | (45.742)         |
| Despesas de Benefícios        | (21.858)         | (41.622)         |
| Outras Despesas de Pessoal    | (785)            | (932)            |
| <b>Total</b>                  | <b>(122.490)</b> | <b>(231.067)</b> |

### 19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição no período:

|                                                        | 2º Semestre      | Exercício        |
|--------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Recorrente                                             | 2025             | 2025             |
| Despesa com <i>Transfer Pricing</i> (nota 23e)         | (43.598)         | (95.393)         |
| Propaganda e Publicidade                               | (23.884)         | (43.984)         |
| Serviços Técnicos Especializados                       | (21.543)         | (39.910)         |
| Serviços de Terceiros                                  | (7.808)          | (35.537)         |
| Sistemas de Processamento de Dados                     | (14.712)         | (27.670)         |
| Despesas com Sistema Financeiro                        | (13.460)         | (25.101)         |
| Despesa com Arrendamento - Direito de Uso <sup>1</sup> | (4.892)          | (9.540)          |
| Amortizações e Depreciações (nota 10)                  | (4.881)          | (9.385)          |
| Despesas Tributárias Administrativas                   | (5.103)          | (7.986)          |
| Outras                                                 | (11.675)         | (25.511)         |
| <b>Total</b>                                           | <b>(151.556)</b> | <b>(320.017)</b> |

<sup>1</sup> Refere-se ao direito de uso de instalações físicas no montante de R\$ 3.028 e veículos corporativos R\$ 6.512 (Nota 23e).

### 20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição no período:

|                                                                  | 2º Semestre   | Exercício      |
|------------------------------------------------------------------|---------------|----------------|
| Recorrente                                                       | 2025          | 2025           |
| Recuperação de Despesas                                          | 43.653        | 80.129         |
| Atualização Monetária Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar | 39.151        | 72.230         |
| Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo                   | 11.864        | 28.820         |
| Receita com <i>Transfer Pricing</i> (Nota 23e)                   | 3.248         | 13.564         |
| Outras Receitas Operacionais                                     | 377           | 798            |
| <b>Total</b>                                                     | <b>98.293</b> | <b>195.541</b> |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

|                                | 2º Semestre     | Exercício       |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| Recorrente                     | 2025            | 2025            |
| Honorários e custas judiciais  | (9.971)         | (16.028)        |
| Custo com documentação         | (4.668)         | (9.824)         |
| Fraudes                        | (3.800)         | (6.168)         |
| Custo de retomada de garantias | (1.270)         | (3.089)         |
| Projetos culturais             | (2.862)         | (2.862)         |
| Outras                         | (344)           | (983)           |
| <b>Total</b>                   | <b>(22.915)</b> | <b>(38.954)</b> |

### 22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

|              | 2º Semestre     | Exercício       |
|--------------|-----------------|-----------------|
|              | 2025            | 2025            |
| COFINS       | (21.882)        | (44.335)        |
| ISS          | (5.699)         | (10.711)        |
| PIS          | (3.656)         | (7.407)         |
| <b>Total</b> | <b>(31.237)</b> | <b>(62.453)</b> |

### 23. PARTES RELACIONADAS

#### a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

#### b) Benefícios de Curto Prazo

| Salários e Honorários da Diretoria Executiva | 2025         |
|----------------------------------------------|--------------|
| Remuneração Fixa                             | 5.006        |
| Remuneração Variável                         | 2.515        |
| <b>Total</b>                                 | <b>7.521</b> |

#### c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento

mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e

- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

### e) Transações com Partes Relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos períodos, podem ser resumidos como segue:

| 2025                                          |                            |                          |                     |                    |
|-----------------------------------------------|----------------------------|--------------------------|---------------------|--------------------|
|                                               | Controladoras <sup>1</sup> | Controladas <sup>2</sup> | Outras <sup>3</sup> | Total              |
| <b>Ativo/(Passivo)</b>                        | <b>(6.787)</b>             | <b>(648.944)</b>         | <b>(752.967)</b>    | <b>(1.408.698)</b> |
| Subsídio recebidos a apropriar                | -                          | -                        | (456.850)           | <b>(456.850)</b>   |
| Outros Ativos (nota 7)                        | 7.242                      | 6.953                    | 62.662              | <b>76.857</b>      |
| Captações em Depósitos a Prazo                | (8.187)                    | (655.897)                | (316.063)           | <b>(980.147)</b>   |
| Outras Obrigações Diversas (nota 13)          | (5.842)                    | -                        | (10.945)            | <b>(16.787)</b>    |
| Passivo de Arrendamento                       | -                          | -                        | (31.771)            | <b>(31.771)</b>    |
|                                               |                            |                          |                     |                    |
|                                               | Controladoras <sup>1</sup> | Controladas <sup>2</sup> | Outras <sup>3</sup> | Total              |
| <b>Receita/(Despesa)</b>                      | <b>(9.218)</b>             | <b>3.177</b>             | <b>524.669</b>      | <b>518.628</b>     |
| Subsídio apropriados                          | -                          | -                        | 537.166             | <b>537.166</b>     |
| Rendas de Prestação de Serviços               | 73.137                     | 74.557                   | 33.779              | <b>181.473</b>     |
| Receita com <i>Transfer Pricing</i> (Nota 20) | 13.565                     | -                        | -                   | <b>13.565</b>      |
| Despesa com captação                          | (527)                      | (71.380)                 | (39.052)            | <b>(110.959)</b>   |
| Despesa com <i>Transfer Pricing</i> (Nota 19) | (95.393)                   | -                        | -                   | <b>(95.393)</b>    |
| Despesa com Arrendamento (nota 19)            | -                          | -                        | (6.512)             | <b>(6.512)</b>     |
| Despesa com locação (nota 20)                 | -                          | -                        | (712)               | <b>(712)</b>       |

<sup>1</sup> General Motors Financial Inc. e General Motors Investment Participações Ltda.

<sup>2</sup> GMAC Administradora de Consórcio Ltda. e GM Corretora de Seguros Ltda.

<sup>3</sup> General Motors do Brasil Ltda., GMF Serviços de Mobilidade Ltda. e GM Corretora de Seguros de Consórcio Ltda.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### 24. GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a regulamentação vigente, às práticas adotadas no mercado, e às recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprimindo e reportando à CRO;
- (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização. O risco de crédito do instrumento financeiro será determinado pela probabilidade de o instrumento tornar-se um ativo com problema de recuperação de crédito nos 12 (doze) meses seguintes à data da avaliação no Estágio 1 e durante todo o prazo esperado do instrumento (lifetime) no Estágio 2. No Estágio 3, o instrumento financeiro já é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático). A governança e mensuração da perda de crédito esperada está descrito na Nota 6;
- (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
- (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na Instituição pelo IRRBB, é realizada a identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado da carteira bancária, utilizando choque de juros segundo metodologia padronizada do BACEN a fim de verificar impactos no valor econômico e no resultado, respectivamente, por meio dos indicadores: a) Economic Value of Equity (EVE) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa e b) Net Interest Income (NII) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação;

- (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de

indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Riscos Social, Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controles e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiros, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

(xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

(xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

## 25. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2025 foi de 19,34%.

|                                                                              | 2025              |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| <b>PR - Patrimônio de Referência</b>                                         | <b>2.565.117</b>  |
| Capital Social, Reavaliações e Reservas de Lucro                             | 2.644.741         |
| Ajuste Prudencial                                                            | (79.624)          |
| <b>Ativos Ponderados Pelos Riscos (RWA)</b>                                  | <b>13.264.568</b> |
| <b>Risco de Crédito (RWACpad)</b>                                            | <b>12.342.074</b> |
| Privado Bancário                                                             | 10.626.365        |
| Privado Não Bancário                                                         | 904.909           |
| Público Não Bancário                                                         | 810.800           |
| <b>Risco Operacional (RWAOpad)</b>                                           | <b>922.494</b>    |
| <b>PR Mínimo Obrigatório para RWA</b>                                        | <b>1.061.165</b>  |
| <b>Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN</b>                           | <b>1.503.952</b>  |
| <b>Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária</b> | <b>233.890</b>    |
| <b>Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN</b>                           | <b>1.270.062</b>  |
| <b>Adicional de Conservação de Capital</b>                                   | <b>331.614</b>    |
| <b>Índice de Basileia</b>                                                    | <b>19,34%</b>     |

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

### **26. OUTROS ASSUNTOS**

Em 16 de janeiro de 2025, foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo e institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), reorganizando o modelo de tributação incidente sobre operações com bens e serviços no território nacional.

As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, incluindo bancos, foram enquadradas no Regime Específico de Serviços Financeiros, regime que estabelece parâmetros próprios de apuração e de incidência dos novos tributos sobre atividades de intermediação financeira e demais serviços regulados. A legislação prevê o direito ao aproveitamento de créditos de IBS e CBS decorrentes de aquisições de bens e serviços, representando alteração estrutural em relação ao regime cumulativo anteriormente vigente, cuja adequada gestão demandará revisão e aprimoramento dos controles fiscais e operacionais.

A Administração encontra-se em fase avançada de mapeamento dos impactos sistêmicos, processuais e regulatórios, inclusive no que se refere às novas obrigações acessórias, com vistas a assegurar a tempestiva e integral conformidade com o período de transição previsto pela legislação, cujo início está estabelecido para 2026, bem como com a plena vigência do novo modelo tributário nos exercícios subsequentes.